

# **MGE Transmissão S.A.**

Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2021 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
MGE Transmissão S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da MGE Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGE Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria societária*

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis regulatórias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 26 de janeiro de 2022.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

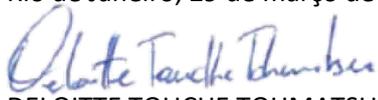
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

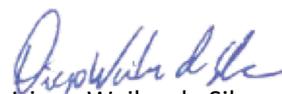
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva  
Contador  
CRC nº 1 RS 074562/O-3

**MGE Transmissão S.A.**  
**CNPJ: 11.638.929/0001-67**

**Balço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2021**

*(Em milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>explicativa</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>Passivo</b>	<b>explicativa</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.174	12.796	Fornecedores	9	1.476	2.710
Concessionárias e permissionárias	6	5.518	4.034	Empréstimos e financiamentos	10.a	13.349	13.014
Outros ativos circulantes		166	162	Obrigações estimadas		92	70
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>9.858</b>	<b>16.992</b>	Tributos		853	985
<b>Ativo não circulante</b>				Dividendos a pagar		21.424	11.462
Aplicações financeiras	5	4.896	3.688	Outros passivos circulantes	11	4.332	7.812
Depósitos judiciais e cauções		623	446	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>41.526</b>	<b>36.053</b>
Imobilizado	7.1	361.741	347.395	<b>Passivo não circulante</b>			
Intangível	7.2	14.102	14.102	Empréstimos e financiamentos	10.a	84.002	90.954
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>381.362</b>	<b>365.631</b>	Provisão para riscos	12	437	279
				Obrigações vinculadas		18.133	-
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>102.572</b>	<b>91.233</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	13.a	278.232	278.232
				Reservas de lucros		48.037	-
				Prejuízos acumulados		(79.147)	(22.895)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>247.122</b>	<b>255.337</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>391.220</b>	<b>382.623</b>	<b>Total do patrimônio líquido e total do passivo</b>		<b>391.220</b>	<b>382.623</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**MGE Transmissão S.A.**  
**CNPJ: 11.638.929/0001-67**  
**Demonstrações de resultados - Regulatórios**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
<b>Operações em continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		44.173	37.360
<b>Tributos</b>			
PIS-PASEP	15.a	(287)	(243)
COFINS	15.a	(1.325)	(1.121)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(374)	(347)
Reserva global de reversão - RGR		(1.114)	(934)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(64)	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(211)	(187)
<b>Receita líquida</b>		<b><u>40.798</u></b>	<b><u>34.528</u></b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Remuneração do pessoal		(881)	(590)
Remuneração dos administradores	8.b	(403)	(439)
Material		(39)	(56)
Serviços de terceiros		(9.465)	(7.484)
Arrendamento e aluguéis		(402)	(148)
Seguros		(134)	(101)
Provisões		(176)	-
(-) Recuperação de despesas		-	15
Tributos		(235)	(208)
Depreciação e amortização		(10.944)	(9.468)
Outros despesas e receitas operacionais		(594)	(567)
<b>Resultado da atividade</b>		<b><u>17.525</u></b>	<b><u>15.482</u></b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	14	(9.863)	(5.695)
Receitas financeiras	14	614	480
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>		<b><u>8.276</u></b>	<b><u>10.267</u></b>
Imposto de renda	15.b	(1.001)	(856)
Contribuição social	15.b	(528)	(451)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u><u>6.747</u></u></b>	<b><u><u>8.960</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# **MGE Transmissão S.A.**

**CNPJ: 11.638.929/0001-67**

## **Demonstrações de resultados abrangentes - Regulatórios**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Lucro líquido do exercício	6.747	8.960
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>6.747</u></b>	<b><u>8.960</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**MGE Transmissão S.A.**

CNPJ: 11.638.929/0001-67

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

*(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>278.232</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(31.855)</u></b>	<b><u>246.377</u></b>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.960</u>	<u>8.960</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>278.232</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(22.895)</u></b>	<b><u>255.337</u></b>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.747</u>	<u>6.747</u>
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal	<u>-</u>	<u>3.150</u>	<u>-</u>	<u>(3.150)</u>	<u>-</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.962)</u>	<u>(14.962)</u>
Constituição da reserva de retenção de lucros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.887</u>	<u>(44.887)</u>	<u>-</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b><u>278.232</u></b>	<b><u>3.150</u></b>	<b><u>44.887</u></b>	<b><u>(79.147)</u></b>	<b><u>247.122</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**MGE Transmissão S.A.**  
**CNPJ: 11.638.929/0001-67**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	6.747	8.960
Ajustes em:		
Juros dos empréstimos	9.732	5.585
Rendimentos de aplicações financeiras	(209)	(86)
Depreciação	10.944	9.468
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>		
Concessionárias e permissionárias	(1.484)	(592)
Outros ativos	(181)	163
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	(1.234)	(1.250)
Impostos e contribuições sociais	1.053	1.290
Obrigações estimadas	22	(17)
Obrigações trabalhistas	-	(19)
Outros passivos	(3.322)	3.748
Juros pagos	(4.696)	(2.190)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.185)	(848)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b><u>16.187</u></b>	<b><u>24.212</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras - Depósito em garantia	(999)	210
Aquisição de imobilizado	(7.157)	(60.823)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(8.156)</u></b>	<b><u>(60.613)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos	-	38.977
Pagamento de empréstimos - principal	(11.653)	(4.783)
Dividendos pagos	(5.000)	-
<b>Caixa líquido aplicado/gerado nas atividades de financiamento</b>	<b><u>(16.653)</u></b>	<b><u>34.194</u></b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(8.622)</u></b>	<b><u>(2.207)</u></b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	12.796	15.003
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.174</u>	<u>12.796</u>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(8.622)</u></b>	<b><u>(2.207)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de Reais)*

## **1 Informações gerais**

### **1.1 Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso dos Sistema de Transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### **1.2 Contexto operacional**

A MGE Transmissão S.A. (“MGE” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo consórcio MGE atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49%) e Gebbras Participações Ltda (51%), vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia está excendo o ativo circulante em R\$ 31.668, basicamente decorrente do saldo de dividendos a distribuir. A expectativa da administração é de que esses dividendos sejam distribuídos à medida que a geração de caixa for ocorrendo ao longo do prazo do próximo exercício.

### **1.3 Da concessão**

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 008/2010 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- a. LT 500 kV, CS SE Mesquita - SE Viana 2.
- b. LT 345 kV CD SE Viana 2 - SE Viana.
- c. Subestação Viana 2 em 500/345 kV.
- d. Entradas de linha, interligação de barras, autotransformador, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações acima entraram em operação comercial em julho de 2014. A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à Transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a Resolução Homologatória nº 2.895/2021, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2021-2022, é de R\$47.190, incluindo os impostos reembolsáveis. A Companhia apresentou recurso junto à ANEEL, solicitando a retificação das receitas anuais permitidas, estabelecidas para o ciclo 2021-2022, tendo em vista a aplicação de desconto indevido para o período compreendido de fevereiro a maio de 2021, no que tange à receita percebida pela MGE a título de RBNIA e retroativo RBNIA, cujo montante foi considerado na parcela de ajuste constante do Anexo VI da referida resolução, bem como por não ter sido incluída a RAP concernente ao reforço do 2º banco de autotransformadores implantando na SE Viana 2, outorgado por meio da Resolução Autorizativa nº. 7.577/2019, cuja operação comercial foi iniciada em janeiro de 2021. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos do reajuste tarifário quando os mesmos são homologados pela resolução do poder concedente. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração estima que o valor de indenização é de R\$ 127.393, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

## **1.4 Coronavírus (“COVID-19”)**

### **(a) Contexto geral**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID - 19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

### **(b) Medidas de assistência governamental adotadas pela Companhia**

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pelas companhias:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, relativos às competências março abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020;
- (ii) Adesão à suspensão, por prazo de seis meses, do pagamento das parcelas vincendas de 15 de junho de 2020 até 15 de novembro de 2020 do empréstimo junto ao BNDES.

Nenhuma nova medida foi adotada em 2021, além das citadas acima.

O setor de energia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL.

**(c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade**

A Companhia decidiu adotar o teletrabalho para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade de trabalho para evitar deslocamentos e potencial risco de contágio.

**(d) Impactos nas demonstrações financeiras**

Os possíveis impactos do COVID-19 divulgados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram baseados nas melhores estimativas da Administração e estão limitados aos últimos dias de fevereiro de 2022. Esses eventos poderão afetar temporariamente os resultados dos negócios em 2022, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível à normalidade, de modo que não são esperados impactos significativos quanto à recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo da Companhia.

Com base nessas premissas, a Companhia revisitou suas bases orçamentárias e não observou impactos projetados relevantes durante o exercício de 2022.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL por meio da resolução normativa nº. 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas na Nota Explicativa nº 19, para melhor entendimento do leitor.

Em 31 de dezembro de 2021, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

### **2.1 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **2.4 Data de aprovação das demonstrações contábeis regulatórias**

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de março de 2022.

## **3 Principais práticas contábeis regulatórias**

A Companhia aplicou as políticas contábeis regulatórias descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

### **a. Receita operacional**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com o Contrato de Concessão através da Receita Anual Permitida (RAP) emitida pela ANEEL por meio das Resoluções Homologatórias.

### **b. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **(i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

### *Custo amortizado*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

### *Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

## **(ii) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos”, “Dividendos” e “Obrigações Estimadas”.

### **c. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

### **d. Concessionárias e permissionárias**

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL).

### **e. Despesas antecipadas**

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

**f. Imobilizado em serviço e em curso**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**g. Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, os juros e as atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos intangíveis em curso durante o período de formação do ativo.

**h. Outros ativos circulantes**

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

**i. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

**j. Passivo circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

**k. Impostos e contribuições**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

**l. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")**

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

**m. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

**n. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)**

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	1.815	1.425
Aplicações financeiras	2.359	11.371
<b>Total</b>	<b><u>4.174</u></b>	<b><u>12.796</u></b>

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú	CDB-DI	97% CDI	2.359	11.371
<b>Total</b>			<b><u>2.359</u></b>	<b><u>11.371</u></b>

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 16.

**5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)**

Referem-se à aplicação restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú	Fundo de Investimento	97% CDI	4.896	3.688
<b>Total</b>			<b><u>4.896</u></b>	<b><u>3.688</u></b>

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor justo por meio do resultado.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 16.

## **6 Concessionárias e permissionárias**

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	<u>5.518</u>	<u>4.034</u>
<b>Total</b>	<b><u>5.518</u></b>	<b><u>4.034</u></b>

## **7 Imobilizado e intangível**

Os ativos imobilizados e intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

## 7.1 Imobilizado

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências - (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>								
<b>Transmissão</b>	<b>333.383</b>	<b>18.519</b>	-	<b>70.986</b>	<b>404.369</b>	<b>(71.871)</b>	<b>332.498</b>	<b>272.794</b>
Terrenos	5.748	-	-	-	5.748	-	5.748	5.748
Edificações, obras civis e benfeitorias	26.179	1.352	-	1.339	28.870	(6.663)	22.207	20.471
Máquinas e equipamentos	301.447	17.167	-	51.128	369.742	(65.204)	304.538	246.570
Móveis e utensílios	9	-	-	-	9	(4)	5	5
<b>Administração</b>	<b>595</b>	-	-	-	<b>595</b>	<b>(268)</b>	<b>327</b>	<b>375</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	96	-	-	-	96	(43)	53	56
Máquinas e equipamentos	238	-	-	-	238	(116)	122	134
Veículos	185	-	-	-	185	(53)	132	159
Móveis e utensílios	76	-	-	-	76	(56)	20	26
<b>Subtotal</b>	<b>333.978</b>	<b>18.519</b>	-	<b>52.467</b>	<b>404.964</b>	<b>(72.139)</b>	<b>332.825</b>	<b>273.169</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>								
<b>Transmissão</b>	<b>74.226</b>	<b>7.569</b>	<b>(412)</b>	<b>(52.467)</b>	<b>28.916</b>	-	<b>28.916</b>	<b>74.226</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	943	14	-	(957)	-	-	-	943
Máquinas e equipamentos	25.629	572	-	(26.201)	-	-	-	25.629
Material em depósito	2.641	649	-	553	3.843	-	3.843	2.641
Depósitos judiciais	3.921	-	-	-	3.921	-	3.921	3.921
A ratear	40.680	6.334	-	(25.862)	21.152	-	21.152	40.680
Adiantamento a fornecedores	412	-	(412)	-	-	-	-	412
<b>Subtotal</b>	<b>74.226</b>	<b>7.569</b>	<b>(412)</b>	<b>(52.467)</b>	<b>28.916</b>	-	<b>28.916</b>	<b>74.226</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>408.204</b>	<b>26.088</b>	<b>(412)</b>	-	<b>433.880</b>	<b>(72.139)</b>	<b>361.741</b>	<b>347.395</b>

### Demonstração da depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2020
		Bruto	Depreciação e amortização acumulados	Valor líquido	Valor líquido
<b><u>Em serviço</u></b>					
<b>Transmissão</b>					
Custo histórico	3,31%	404.369	(71.871)	332.498	272.794
<b>Administração</b>					
Custo histórico	13,81%	595	(268)	327	375
		<b>404.964</b>	<b>(72.139)</b>	<b>332.825</b>	<b>273.169</b>

### Principais taxas de depreciação

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Transmissão</b>	
Autotransformadores	2,86%
Barramentos	2,50%
Chave Seccionadora	3,33%
Disjuntor	3,03%
Edificações	3,33%
Para-raios	4,17%
Torres autoportantes	2,70%
<b>Administração</b>	
Máquinas e equipamentos	16,67%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

## 7.2 Intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2021	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>						
<b>Transmissão</b>	<b>14.098</b>	-	<b>14.098</b>	-	<b>14.098</b>	<b>14.098</b>
Servidões	14.098	-	14.098	-	14.098	14.098
<b>Administração</b>	<b>40</b>	-	<b>40</b>	<b>(36)</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Softwares	36	-	36	(36)	-	-
Outros	4	-	4	-	4	4
<b>Subtotal</b>	<b>14.138</b>	-	<b>14.138</b>	<b>(36)</b>	<b>14.102</b>	<b>14.102</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>14.138</b>	-	<b>14.138</b>	<b>(36)</b>	<b>14.102</b>	<b>14.102</b>

## 8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

### a. Prestação de serviços com Centro de Soluções Estratégicas S.A. - CSE

A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017 e o saldo em aberto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$363), refere-se à provisão do valor após o encerramento do contrato.

### b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 403 (R\$ 439 em 2020), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	(315)	(316)
Encargos e benefícios	(88)	(123)
<b>Total</b>	<b>(403)</b>	<b>(439)</b>

### c. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor junto ao BNDES é de R\$97.351 (R\$103.909 em 31 de dezembro de 2020).

**d. Dividendos a pagar**

	31/12/2021	31/12/2020
Furnas Centrais Elétricas	10.498	5.616
Gebbras Participações	<u>10.926</u>	<u>5.846</u>
<b>Total</b>	<b><u>21.424</u></b>	<b><u>11.462</u></b>

**9 Fornecedores**

	31/12/2021	31/12/2020
Mapa Construtora	68	68
Schneider Electric	72	72
Furnas	363	361
ABB	-	1.157
Siemens	-	648
Grid Solutions	-	56
Cotesa	344	-
Engelinhos	312	-
SVA Segurança	69	-
Outros	<u>248</u>	<u>348</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.476</u></b>	<b><u>2.710</u></b>

**10 Empréstimos e financiamentos**

A Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para a construção da ampliação da Subestação de Viana II, em 17 de julho de 2020, no montante de R\$41.161, firmado através do contrato nº 20.9.0007.1, com incidência de encargos iguais a IPCA mais 3,67% a.a.

**a. Composição**

	Taxa anual de juros	31/12/2019	31/12/2020
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	45.045	53.889
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	7.962	9.526
BNDES Subcrédito C	TJLP	266	318
Capital de Giro – Banco Itaú	9,64% a.a.	32	59
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	21.932	20.088
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	<u>22.114</u>	<u>20.088</u>
<b>Total</b>		<b><u>97.351</u></b>	<b><u>103.968</u></b>
Circulante		13.349	13.014
Não circulante		84.002	90.954

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>66.379</b>
Captação de empréstimos	38.977
Provisões de juros	5.585
Juros pagos	(2.190)
Amortização de principal	(4.783)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>103.968</b>
Provisões de juros	9.732
Juros pagos	(4.696)
Amortização de principal	(11.653)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>97.351</b>

**b. Cronograma de pagamento não circulante**

2023	13.349
2024	13.349
2025 a 2027	57.304
<b>Total</b>	<b>84.002</b>

**c. Garantias**

Por força dos referidos contratos de financiamento, a Companhia cedeu fiduciariamente, por meio de “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 MGE TRA: CCO-2010-012, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

As intervenientes Furnas e Gebbras deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

**d. Covenants**

O contrato firmado com o BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 30%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (Covenants) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais.

De acordo com as cláusulas contratuais, os cálculos dos indicadores financeiros são baseados nas informações contábeis societárias, as quais divergem significativamente das demonstrações contábeis regulatórias. O ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais. Se o ICSD for de no mínimo 1,3 a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,3 a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de covenants, conforme cálculo abaixo, definido no contrato.

**i. Índice de cobertura da dívida**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro regulatório antes do IRPJ/CSLL	8.275	10.267
(+) Resultado financeiro líquido	9.249	5.215
(+) Depreciação	10.944	9.468
(+/-) Prejuízo/Lucro na alienação de imobilizado	-	57
<b>EBITDA (conforme metodologia do Contrato)</b>	<b><u>28.469</u></b>	<b><u>25.007</u></b>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A) Geração de caixa da atividade		
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	28.469	25.007
(-) IRPJ/CSLL (Pagamentos)	(1.185)	(848)
	<u>27.284</u>	<u>24.159</u>
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal	11.628	4.783
(+) Pagamento de juros	4.689	2.190
	<u>16.317</u>	<u>6.973</u>
<b>Índice de cobertura do serviço da dívida (A / B)</b>	<b><u>1,67</u></b>	<b><u>3,46</u></b>

**ii. Índice de capital próprio**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total do patrimônio líquido	247.122	255.337
Total do ativo	<u>391.220</u>	<u>382.623</u>
<b>Índice de capital próprio (PL/ATIVO)</b>	<b><u>63,17%</u></b>	<b><u>66,73%</u></b>

**iii. Índice de dívida líquida**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
( + ) Empréstimos e financiamento do passivo circulante	13.350	13.014
( + ) Empréstimos e financiamento do exigível a longo prazo	84.002	90.953
( - ) Disponibilidade do ativo circulante	(4.174)	(12.796)
<b>Dívida líquida</b>	<b><u>93.177</u></b>	<b><u>91.171</u></b>

	31/12/2021	31/12/2020
Dívida líquida	93.177	91.171
EBITDA ajustado	28.469	25.007
<b>Dívida líquida / EBITDA ajustado</b>	<b>3,27</b>	<b>3,65</b>
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Dívida líquida	93.177	91.172
Dívida líquida + Patrimônio líquido	340.299	346.508
<b>Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)</b>	<b>0,27</b>	<b>0,26</b>

## 11 Outros passivos circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	257	1.018
RGR	319	174
Taxa de fiscalização	460	398
Antecipação Aviso de Crédito	3.138	1.176
Acordo arbitragem	-	5.000
Outros	158	89
<b>Total</b>	<b>4.332</b>	<b>7.855</b>

## 12 Provisão para riscos

A Companhia está envolvida em processos cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo

	31/12/2021			31/12/2020		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Risco						
Provável (a)	437	-	437	260	19	279
Possível (b)	259	-	259	230	-	230
<b>Total</b>	<b>696</b>	<b>-</b>	<b>696</b>	<b>490</b>	<b>19</b>	<b>509</b>

- a. Processos prováveis:** Composto principalmente por um processo administrativo de R\$184 (valor atualizado) referente à suposto débito de IPTU junto ao município de Viana e por processos de instituição de servidões no montante de R\$253 (valor atualizado).
- b. Processos possíveis:** compõe-se principalmente de um processo de R\$178 (valor atualizado) referente à cobrança de multa de imposto ISSQN na qualidade de substituo tributário, sendo o valor remanescente pulverizado.

## 13 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 278.232, representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Acionistas						
Furnas Centrais Elétricas S.A.	136.333.582	49	136.334	136.333.582	49	136.334
Gebbras Participações Ltda.	141.898.218	51	141.898	141.898.218	51	141.898
<b>Total</b>	<b>278.231.800</b>	<b>100</b>	<b>278.232</b>	<b>278.231.800</b>	<b>100</b>	<b>278.232</b>

### b. Reservas de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício societário	76.061	-
Absorção de prejuízos	(13.062)	-
Reserva legal (5%)	3.150	-
<b>Lucro líquido do exercício societário ajustado</b>	<b>59.849</b>	<b>-</b>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	14.962	-
Reserva de retenção de lucros	44.887	-

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

<b>Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2020</b>	-
Constituição reserva de lucros	48.037
<b>Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>48.037</b>

### c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 5.000, referente a dividendos de exercícios anteriores.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

<b>Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>11.462</b>
Pagamento de dividendos	(5.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	14.962
<b>Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>21.424</b>

## 14 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	486	470
Outras receitas financeiras	128	10
	<b>614</b>	<b>480</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(9.732)	(5.585)
Atualizações monetárias	(27)	(24)
Outras despesas financeiras	(104)	(86)
	<b>(9.863)</b>	<b>(5.695)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(9.249)</b>	<b>(5.215)</b>

## 15 Impostos e contribuições correntes

### a. PIS e COFINS – Deduções da receita

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Anual Permitida (RAP)	44.173	37.360
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
<b>Imposto corrente no resultado</b>	<b>(1.612)</b>	<b>(1.364)</b>

### b. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	44.173	44.173	37.360	37.360
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	3.534	5.301	2.989	4.483
Receitas financeiras	533	533	474	474
Outras receitas	31	31	57	57
Base de cálculo	4.098	5.865	3.520	5.014
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(615)	(528)	(528)	(451)
Adicional de 10% - IRPJ	(386)	-	(328)	-
<b>Imposto corrente no resultado</b>	<b>(1.001)</b>	<b>(528)</b>	<b>(856)</b>	<b>(451)</b>

## 16 Instrumentos financeiros

### a. Classificação dos instrumentos financeiros

<b>Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021</b>			
	<b>Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09</b>	<b>Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09</b>	<b>Nível valor justo</b>
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	4.174	2
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	4.896	2
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	5.518	
Outros créditos	Custo amortizado	138	
		<b>14.726</b>	
<b>Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021</b>			
	<b>Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09</b>	<b>Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09</b>	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	97.351	
Fornecedores	Custo amortizado	1.476	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	21.424	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	4.349	
		<b>124.600</b>	
<b>Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020</b>			
	<b>Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09</b>	<b>Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09</b>	
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	12.796	2
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	3.688	2
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	4.034	
Outros créditos	Custo amortizado	132	
		<b>20.650</b>	
<b>Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020</b>			
	<b>Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09</b>	<b>Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09</b>	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	103.968	
Fornecedores	Custo amortizado	2.710	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	11.462	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.855	
		<b>120.995</b>	

### b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

**c. Gerenciamento de riscos**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

**(i) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

**(i) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

**(ii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

*Riscos relacionados às aplicações financeiras*

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

*Riscos relacionados à taxa de juros*

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP).

**d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2021, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no site do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		4,42	3,32	2,21
Aplicações financeiras		4.896	216	162	108

(\*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		6,08	7,60	9,12
Empréstimos e financiamentos		97.351	5.919	7.399	8.878

(\*) Conforme dados divulgados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

## 17 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores	30.000	30/04/2021 a 30/04/2022
Risco operacional	72.571	30/04/2021 a 30/04/2022
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2021 a 30/04/2022

## 18 Meio ambiente

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

## 19 Conciliação das demonstrações societárias para regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, seguiu a regulamentação regulatória, determinada pela ANEEL. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

**MGE Transmissão S.A.**  
Demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021

Balço patrimonial (Em milhares de Reais)		31/12/2021			31/12/2020		
		Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
<b>Ativo circulante</b>							
		4.174	-	4.174	12.796	-	12.796
		5.518	-	5.518	4.034	-	4.034
	19.1	39.642	(39.642)	-	27.456	(27.456)	-
		138	28	166	132	30	162
		<b>49.472</b>	<b>(39.614)</b>	<b>9.858</b>	<b>44.418</b>	<b>(27.426)</b>	<b>16.992</b>
<b>Ativo não circulante</b>							
		4.896	-	4.896	3.688	-	3.688
	19.1	428.419	(428.419)	-	370.310	(370.310)	-
		623	-	623	446	-	446
	19.2	342	361.399	361.741	407	346.988	347.395
	19.2	-	14.102	14.102	-	14.102	14.102
		<b>434.280</b>	<b>(52.918)</b>	<b>381.362</b>	<b>374.851</b>	<b>(9.220)</b>	<b>365.631</b>
		<b>483.752</b>	<b>(92.532)</b>	<b>391.220</b>	<b>419.269</b>	<b>(36.646)</b>	<b>382.623</b>
<b>Passivo circulante</b>							
		1.476	-	1.476	2.710	-	2.710
		13.349	-	13.349	13.014	-	13.014
		853	-	853	985	-	985
		92	-	92	70	-	70
		21.424	-	21.424	11.462	-	11.462
		4.349	(17)	4.332	7.855	(43)	7.812
		<b>41.543</b>	<b>(17)</b>	<b>41.526</b>	<b>24.634</b>	<b>(43)</b>	<b>24.591</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
		84.002	-	84.002	90.954	-	90.954
	19.3	31.501	(31.501)	-	26.770	(26.770)	-
		437	-	437	279	-	279
		-	18.133	18.133	-	-	-
		<b>115.940</b>	<b>(13.368)</b>	<b>102.572</b>	<b>129.465</b>	<b>(26.770)</b>	<b>102.695</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
		278.232	-	278.232	278.232	-	278.232
		48.037	-	48.037	-	-	-
	19.5	-	(79.147)	(79.147)	(13.062)	(9.833)	(22.895)
		<b>326.269</b>	<b>(79.147)</b>	<b>247.122</b>	<b>265.170</b>	<b>(9.833)</b>	<b>255.337</b>
		<b>483.752</b>	<b>(92.532)</b>	<b>391.220</b>	<b>419.269</b>	<b>(36.646)</b>	<b>382.623</b>

**MGE Transmissão S.A.**  
Demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021

<b>Demonstração de resultado</b>	<b>31/12/2021</b>			<b>31/12/2020</b>		
<i>(Em milhares de Reais)</i>	<b>Demonstrações societárias</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Demonstrações regulatórias</b>	<b>Demonstrações societárias</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Demonstrações regulatórias</b>
Receita líquida						
19.4	108.528	(67.730)	40.798	76.915	(42.387)	34.528
Custo de construção	(7.002)	7.002	-	(41.105)	41.105	-
<b>Lucro Bruto</b>	<b>101.526</b>	<b>(60.728)</b>	<b>40.798</b>	<b>35.810</b>	<b>(1.282)</b>	<b>34.528</b>
Pessoal	(642)	-	(642)	(413)	-	(413)
Serviços de terceiros	(8.541)	-	(8.541)	(6.308)	-	(6.308)
Depreciação e amortização	-	(10.944)	(10.944)	-	(9.442)	(9.442)
Outros custos operacionais	(1.371)	204	(1.167)	(20.506)	19.781	(725)
<b>Total dos custos operacionais</b>	<b>(10.554)</b>	<b>(10.740)</b>	<b>(21.294)</b>	<b>(27.227)</b>	<b>10.339</b>	<b>(16.888)</b>
Pessoal e administradores	(643)	-	(643)	(616)	-	(616)
Serviços de terceiros	(924)	-	(924)	(1.176)	-	(1.176)
Depreciação e amortização	(62)	15	(47)	(83)	57	(26)
Outras receitas (despesas)	(338)	(27)	(365)	(290)	(50)	(340)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(1.967)</b>	<b>(12)</b>	<b>(1.979)</b>	<b>(2.165)</b>	<b>7</b>	<b>(2.158)</b>
Receitas financeiras	614	-	614	480	-	480
Despesas financeiras	(9.865)	2	(9.863)	(5.700)	5	(5.695)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(9.251)</b>	<b>2</b>	<b>(9.249)</b>	<b>(5.220)</b>	<b>5</b>	<b>(5.215)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>79.754</b>	<b>(71.478)</b>	<b>8.276</b>	<b>1.198</b>	<b>9.069</b>	<b>10.267</b>
Imposto de renda e contribuição social						
19.3	(3.693)	2.164	(1.529)	(2.662)	1.355	(1.307)
<b>Lucro líquido do exercício</b>						
19.6	<b>76.061</b>	<b>(69.314)</b>	<b>6.747</b>	<b>(1.464)</b>	<b>10.424</b>	<b>8.960</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

### **19.1 Contas a receber (ativo de contrato)**

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Na contabilidade societária são efetuados lançamentos, com expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização), e atualizações dos saldos.

Esses lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto no CPC 47 – Receita de Contrato de Clientes, mas que para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

As diferenças identificadas entre o Ativo de contrato e o Ativo Imobilizado Regulatório, ocorrem em função da aplicação do CPC 47 na contabilidade societária. Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

### **19.2 Imobilizado/Intangível**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível, sendo depreciado em conformidade com o referido manual.

### 19.3 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento de receitas de construção e remuneração oriundos da adoção do CPC 47, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

### 19.4 Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos do CPC 47.

- (i) **Receita de construção:** durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.
- (ii) **Receita de remuneração:** corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- (iii) **Receita de operação e manutenção:** após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

### 19.5 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo do exercício societário</b>	<b>326.269</b>	<b>265.170</b>
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(110.648)	(36.603)
Efeito dos impostos	31.501	26.770
<b>Saldo do exercício regulatório</b>	<b>247.122</b>	<b>255.337</b>

**19.6 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Resultado líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>76.061</b>	<b>(1.464)</b>
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(71.478)	9.069
Efeito dos impostos	2.164	1.355
<b>Resultado líquido conforme contabilidade regulatória</b>	<b>6.747</b>	<b>8.960</b>

\* \* \*

José Mauro Martins Leone  
Diretor-administrativo-financeiro

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S  
Leandro Borges Jordão  
Contador  
CRC GO-001605/O